

ATA DE REUNIÃO

Às nove horas da manhã do dia vinte de março de dois mil e treze foi realizada a quadragésima terceira reunião dos Intervenientes no Comércio Exterior do Complexo Portuário de Itajaí, no auditório do Recinto Portonave S/A, com a participação da Inspetora-Chefe Adjunta da Alfândega da RFB do Porto de Itajaí, Sra. Geovana da Silva da Cunha; da Chefe da EAT da ALF da RFB do Porto de Itajaí, Sra. Rita de Cassia Spolaor; do Superintendente do Recinto Portonave, Sr. Osmari de Castilho Ribas; do representante do Posto do Vale do Itajaí da ANVISA Sr. Marcos Fernandes; do representante do MAPA em Itajaí e Navegantes Sr. Ricardo Pereira; do Representante do Banco do Brasil, Gerente Regional da GECEX Sr. André Zimmermann; e demais Representantes do SINDAESC, SINDASC, dos Recintos Multilog, Braskarne, Infraero, Porto de Itajaí, Portonave, APM Terminals, Teporti, Poly Terminais, Itazem; de Despachantes Aduaneiros e demais interessados. A Sra. Geovana da Silva da Cunha abriu a reunião agradecendo a presença de todos e passou a palavra para o Sr. Osmari de Castilho Ribas, que como anfitrião deu as boas vindas e falou do prazer em receber a 43ª reunião de Intervenientes. Novamente com a palavra, a Sra Geovana da Silva da Cunha passou a palavra ao recinto PORTONAVE para que se manifestasse sobre assunto pendente da pauta da 36ª reunião, relativo à possibilidade de agendamento através do Portal do recinto para posicionamento de containeres para vistoria do MAPA; o Sr. Roberto Vasques, representante do recinto, informou que o Sr. Luiz Gustavo Balena fez uma análise do projeto e que os testes irão começar logo, esperando que até o final de abril tal procedimento esteja implementado; Passou-se para o primeiro assunto da pauta do dia, dirigido ao MAPA: informações sobre a necessidade de assinatura dos fiscais dos SIF's, no RIPAS, para encaminhamento de solicitações de autorizações de embarques. Sr. Ricardo Pereira, representante do MAPA em Itajaí e Navegantes, falou que o questionamento não estava muito claro, solicitou que o responsável pelo pedido de inclusão do referido questionamento na pauta se manifestasse, mas não estava presente. Mesmo com a intervenção de outros participantes presentes, restou decidido que o assunto ficaria pendente para a próxima reunião. O segundo assunto da pauta dirigido ao MAPA, Liberação do Requerimento de Fiscalização de Suportes e Embalagens de Madeira, comumente chamado de "Carta do Mapa", em operações de mercadorias de origem Animal: proposição de que após o deferimento do L.I e **antes** do processo ser disponibilizado ao representante legal no balcão de atendimento para retirada do CTPI, o FFA Veterinário direcione o processo completo para algum FFA Agrônomo que esteja disponível naquele momento, assinando de imediato e devolvendo o processo ao FFA - veterinário ou até mesmo já direcionando o processo diretamente ao balcão de atendimento, assim todos os documentos necessários para seqüência dos trâmites de carregamento e reinspeção no SIF/ER (Carta do MAPA e CTPI) seriam liberados juntos e de uma única vez. Sr. Ricardo Pereira respondeu que não há possibilidade de se implantar o modelo proposto por alguns fatores, entre eles destacou que não é razoável solicitar aos fiscais que esperem um pelo outro, destacou também que a CTPI sempre é feita no mesmo dia ou no máximo na manhã do outro dia. Passado para o assunto seguinte para o MAPA: Localização de processos de exportação no MAPA ITJ e NVT, o Sr. Ricardo Pereira comunicou que o órgão já adota há muito tempo medidas para diminuir ou tentar evitar extravios de documentos, informando que os casos de extravio apontados pelo responsável pela inclusão do item na pauta ocorrem com ínfima frequência. O próximo item encaminhado pelo GT dos Terminais ao MAPA, relata que os terminais locais recebem reclamações de clientes que as atividades relacionadas ao MAPA nos terminais vizinhos (SFS e IOA) são mais simples, sendo realizados as vistorias sempre no dia posterior à solicitação. Manifesta ainda que entende que os volumes nestes outros terminais são menores, mas vislumbrando uma melhoria no processo sem prejudicar o objetivo principal da fiscalização que é o controle de entrada de pragas, pleiteiam que a vistoria seja realizada através de amostragem em percentual de 10% do volume ao invés de 30% como é realizado atualmente. O Sr. Ricardo Pereira salientou que não é possível fixar o percentual de

amostragem em 10%, por muitos fatores, entre eles pelo fato de que muitos países não cumprem com os procedimentos adequados, de modo que os pallets chegam contaminados e quando se constata contaminação tal fato é relatado à Brasília e eles informam ao país procedente. Próximo assunto da pauta, ao recinto APM TERMINALS, é a disponibilização de computador para os despachantes na APM Terminals com acesso aos e-mails corporativos inclusive com impressora. O Sr. André Gervásio D'Avila informou que o equipamento já está disponível e que em havendo bloqueio da página do e-mail corporativo basta encaminharem mensagem para andre.davila@apmterminals.com solicitando a liberação do acesso. Próximo item da pauta para a RFB, sobre impossibilidade de ciência de processos administrativos quando se trata de Ajudante de despachante aduaneiro, mesmo este sendo procurador do cliente, solicita ainda informar a base legal para negar ciência por ajudante de despachante que é procurador do cliente, a Sra. Geovana da Silva da Cunha respondeu que conforme os artigos 808, 809 e 810 do Decreto 6.759/2009, a ciência de intimações, notificações, autuações, despachos, decisões e outros atos processuais estão entre as atividades relacionadas ao despacho aduaneiro de mercadorias, as quais só podem ser exercidas pelo dirigente ou empregado com vínculo empregatício, pelo empresário, pelo interessado pessoa física e pelo Despachante Aduaneiro. Assunto seguinte da pauta para RFB, sobre demora significativa nos processos de retificação após o desembarço, havendo processos protocolados desde o mês 09/2012, a Sra. Geovana da Silva da Cunha falou que, entre outros fatores, o movimento reivindicatório dos Auditores-Fiscais ao longo de 2012, que teve como uma das manifestações a operação padrão, gerou um acúmulo de pedidos não apreciados que em situações anteriores não havia, anunciou que com o fim do movimento e com a designação de mais um servidor para a atividade, a tendência nos próximos dias é a regularização dos tempos de análise. Próximo assunto da pauta para RFB, trata da informação que segundo consta de nota técnica da COSIT (indicada em link disponível em http://gallery.mailchimp.com/f24a10367a6eab81806b444cb/files/Nota_Tecnica_Cosit_n_01_2012.pdf;) a referida norma excluiria a multa moratória quando da denúncia espontânea, e se o entendimento desta Alfândega é o mesmo, inclusive se é possível considerar somente o valor do tributo acrescido dos juros de mora. A Sra. Geovana da Silva da Cunha respondeu que o assunto está sendo analisado localmente, pois a nota técnica é omissa quanto aos tributos aduaneiros, e informa que para próxima reunião já haverá entendimento local para ser divulgado. Próximo assunto da pauta para RFB: sugestão para a avaliação da Receita Federal acerca da publicação de uma portaria local elencando quais itens de conferência em sistema e documentos que devem ser apresentados aos Recintos para entrega da mercadoria, como forma de procedimento padronizado, a Sra Geovana da Silva da Cunha informou que a RFB não deve interferir nesse assunto, restringindo sua atuação as premissas legais, sugerindo que os recintos se reúnam e listem as conferências necessárias para a entrega da carga com segurança; diante do convite dos recintos a Sra. Geovana se prontificou a comparecer na reunião em que os recintos forem discutir o assunto. Próximo assunto da pauta para RFB, autorizar os Depositários a efetuarem a conferência dos lacres dos trânsitos aduaneiros (no início e no término), a Sra. Geovana da Silva da Cunha respondeu que por lei tal atividade é de atribuição exclusiva de servidor que exerça cargo da Carreira ARF (Auditoria da Receita Federal). Próximos assuntos da pauta para a Anvisa: 1) Solicitação que a ANVISA reveja o procedimento para recepção dos processos de importação; sugestão anterior para que a ANVISA recebesse antecipadamente as petições dos processos de importação, para que já fosse feita a análise documental, desta forma só faltaria a presença de carga para o deferimento. Esse procedimento acontece em outro Porto e há notável agilidade no deferimento das LIs. Segundo Sr. Marcos Fernandes, representante do referido órgão, não é possível ser atendida a solicitação, pois de o procedimento sugerido não traria ganho de tempo. 2) No site não consta a informação do protocolo dos processos encaminhados a Brasília e regularmente está fora do ar. O Sr. Marcos informa que o site às vezes fica inoperante, oscila muito, sugeriu que sempre que tiverem problemas registrem a reclamação pelo telefone 08006429782 ou entrem no site da Anvisa, na parte da Ouvidoria. 3) O Grupo de Trabalho dos Terminais se colocou à disposição para contribuir com a ANVISA (estudos,

desenvolvimento de sistema, etc) na busca pela redução dos tempos de atendimento e otimização da mão de obra dos fiscais, tendo conhecimento do cenário atual em relação a quantitativo de mão de obra disponível e do alto volume de processos efetuados pelo Complexo Portuário e também da necessidade de melhorias em face aos desafios citados. Sr. Marcos Fernandes informou que com relação aos processos não tem o que fazer, a falta de pessoal é grande, mas que novamente cuidem para que os processos cheguem corretamente instruídos sem que se precise fazer exigências. Informou também que está sendo publicado Edital para concurso publico na Anvisa. 4) Nos moldes do que a Receita Federal informa na abertura de algumas reuniões, gostaríamos se possível, de receber da ANVISA a informação do quantitativo de processos/contêineres que são liberados mensalmente por este órgão. Sr. Marcos Fernandes respondeu que tem como oferecer quantitativo de processo, mas não de contêineres. O último assunto da pauta é para os três órgãos anuentes, sobre o procedimento para agendamento de visitas junto aos intervenientes, quando na cidade recebemos clientes que desejam informar e falar com a fiscalização sobre as operações que estarão realizando, a Sra. Geovana da Silva da Cunha, representante da RFB, comunicou que dúvidas sobre procedimentos podem ser sanadas junto à equipe de atendimento ou ainda através de reuniões agendadas com o chefe da equipe de despacho, caso o assunto seja relevante, e frisou que visitas para simples troca de cartões ou mera apresentação da empresa são pouco produtivas. Sr. Marcos Fernandes, representante da Anvisa falou que não considera prioridade, mas se não tem alternativa agendem com bastante antecedência. Sr. Ricardo Pereira, representante do MAPA, também falou que se precisarem, agendar com bastante antecedência. Se quiserem fazer alguma consulta encaminhar por ofício ou e-mail. Ainda Sr. Ricardo Pereira informou sobre concurso público que vai abrir para o MAPA, no qual serão oferecidas 350 vagas, sendo 150 para fiscais e outras 200 vagas para nível médio. Também solicitou que os interessados na melhoria da estrutura do órgão na região conclamem as entidades de classe para pleitear que a região seja contemplada com número de vagas significativo do referido concurso. Passada a palavra para o representante do gerente do Banco do Brasil, Sr. André Zimmermann onde este informou que os procedimentos do Banco estão dentro dos prazos previstos. Encerrando foi informado que a próxima reunião acontecerá no dia 17/04/2013, no auditório da Superintendência do Porto de Itajaí. Foi agradecida a hospitalidade do recinto Portonave em sediar a reunião e por ter oferecido o coffee-break. Não tendo mais nada a tratar, o Sra. Geovana da Silva da Cunha finalizou a reunião. Eu, Cristiane de L.C.de Souza lavrei a presente Ata.